CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL Nº 494/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e estabelece normas de ordem pública e interesse social (Código de Defesa do Consumidor), assegurando o direito à informação adequada sobre riscos à saúde.

Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, e dá outras providências.

Lei Federal nº 13.564, de 24 de abril de 2017, que dispõe sobre a aprovação de parcelamento do solo, edificação e instalação de equipamentos em terrenos contaminados ou suspeitos de contaminação por materiais nocivos ao meio ambiente e à saúde pública, e dá outras providências.

Lei Federal nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino

Matéria DSP 11118/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 29/07/2026 e juntado ao PL 494/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=751528.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins, revogando as Leis Federais nº 7.802/1989 e nº 9.974/2000.

Resolução da Diretoria Colegiada – RDC ANVISA nº 221, de 28 de março de 2018, que dispõe sobre os critérios e os procedimentos para o processo de reavaliação toxicológica de ingredientes ativos de agrotóxicos no âmbito da ANVISA.

Lei Estadual nº 4.002, de 5 de janeiro de 1984, que dispõe sobre a distribuição e comercialização de produtos agrotóxicos e outros biocidas no território do Estado de São Paulo, alterada pela Lei Estadual nº 5.032/1986.

Lei Estadual nº 5.032, de 15 de abril de 1986, que dispõe sobre o controle de agrotóxicos e outros biocidas em nível estadual e estabelece normas para sua fiscalização no Estado de São Paulo.

Decreto Estadual nº 44.038, de 15 de junho de 1999, que aprova regulamento fixando os procedimentos relativos ao cadastramento e fiscalização do uso, da aplicação, da distribuição e comercialização de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins, no território do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Estadual nº 15.361, de 18 de março de 2014, que dispõe sobre a exposição de produtos orgânicos nos estabelecimentos comerciais.

Lei Municipal nº 13.430, de 13 de setembro de 2002, que institui o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 13.725, de 9 de janeiro de 2004, que institui o Código Sanitário do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 13.727, de 12 de janeiro de 2004, que dispõe sobre o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP) no Município de São Paulo e define suas diretrizes.

Decreto Municipal nº 54.421, de 3 de outubro de 2013, que confere nova regulamentação ao procedimento de fiscalização ambiental no Município de São Paulo, revogando o Decreto Municipal nº 42.833, de 6 de fevereiro de 2003.

Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a revisão do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

Matéria DSP 11118/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 29/07/2026 e juntado ao PL 494/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=751528.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Municipal nº 16.140, de 17 de março de 2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de São Paulo.

Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016, que disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, contendo normas relacionadas à proteção ambiental urbana.

PL 566/2025 CRIA A POLÍTICA MUNICIPAL INTEGRADA PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À NATUREZA E AO MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL – PMIDCNMAS COM ABSOLUTA PRIORIDADE, ALTERA A LEI N°11.123 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1991 E A LEI Nº 14.933, DE 5 DE JUNHO DE 2009, QUE "INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS".

PL 846/2024 CRIA A POLÍTICA DE INCENTIVO À PRODUÇÃO AGROECOLOGICA E ORGÂNICA POR PEQUENOS AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 301/2023 CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DO EMBURA-JACEGUAVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PL 674/2019 INSTITUI E DEFINE COMO ZONA LIVRE DE AGROTÓXICOS A PRODUÇÃO AGRÍCOLA, PECUÁRIA, EXTRATIVISTA E AS PRÁTICAS DE MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 29 de julho de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 11118/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 29/07/2026 e juntado ao PL 494/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=751528.